



## Em torno dos conceitos operatórios de 'sintaxe', de 'frase', de 'oração' e de 'enunciado' utilizados numa gramática novecentista da língua portuguesa

**Maria Helena Pessoa Santos**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Quinta de Prados, 5001-801, Vila Real, Portugal. E-mail: mhpeessoasantos@gmail.com

**RESUMO.** É nosso propósito apresentar breves notas sobre o modo como Celso Cunha e Lindley Cintra definem e aplicam o conceito operatório de 'sintaxe' e, por inerência metodológica, os instrumentos operatórios de 'frase' e de 'oração', a que associam a noção de 'enunciado', no âmbito de um estudo descritivo-normativo da língua portuguesa, a saber, na terceira edição da *Nova gramática do português contemporâneo*. Analisaremos a operacionalização dos ditos instrumentos, pelos autores referidos, a partir do bosquejo de algumas traves mestras da perspetivação herdada da(s) língua(s), tendo em consideração a sua originária vinculação a modelos greco-latinos e a sua maior ou menor permeabilização a influxos de paradigmas epistemológicos que se foram consubstanciando ao longo da história.

**Palavras-chave:** historiografia linguística, língua portuguesa, gramática, Celso Cunha, Lindley Cintra.

### On the operational concepts of 'syntax', 'clause', 'sentence' and 'statement' in a 20<sup>th</sup>-century grammar of the Portuguese Language

**ABSTRACT.** Brief notes are provided on how the grammarians Celso Cunha and Lindley Cintra define and implement the operational concept of 'syntax' and the methodologically inherent operational instruments of 'sentence' and 'clause', with which they associate the notion of 'statement', within a descriptive-normative study of the Portuguese language, namely in the third edition of the *Nova gramática do português contemporâneo*. The operationality of the above instruments by the aforementioned authors is analyzed as from certain impairments inherent to the inherited perspective of language. The original links to Greek and Latin models, coupled to a greater or smaller permeability to epistemological paradigm inflows through history are also taken into account.

**Keywords:** historiography of linguistics, portuguese language, grammar, Celso Cunha, Lindley Cintra.

#### Introdução

O nosso objetivo central consiste em apurar as coordenadas definitórias dos conceitos de 'sintaxe' e, por consequência, de 'frase' e de 'oração', no âmbito da terceira edição da *Nova gramática do português contemporâneo* (1986), aos quais o redator dos capítulos consagrados ao seu estudo, Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), e o seu co-autor, Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991), responsáveis pelo 'exame conjunto' do conteúdo de toda a obra (CUNHA; CINTRA, 1986), associam o conceito de 'enunciado'.

A referida publicação, a que presidiu o desígnio de descrever, para efeitos didáticos, sobretudo as contemporâneas normas-padrão vigentes em Portugal e no Brasil, tem constado, em Portugal, como gramática oficial de referência, nos Programas de Português do Ensino Básico e do Ensino Secundário, constituindo, também, obra de

referência de Programas de unidades curriculares de Linguística Portuguesa ministradas no Ensino Superior, razão por que entendemos importante indagar dos filamentos pelos quais os seus autores tecem os conceitos estruturantes com que se propõem proceder ao "[...] estudo descritivo-normativo da sintaxe portuguesa [...]" (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 120).

Reconhecendo a dificuldade de encontrar nas correntes da Linguística Clássica e da Linguística Contemporânea um quadro conceptual claro e uma metodologia adequada ao estudo da sintaxe portuguesa, Cunha e Cintra, que afirmam não pretender alimentar discussões teóricas, adotam princípios epistémicos e metodológicos próximos dos verificáveis no tratamento gramaticográfico tradicional da língua portuguesa, não sem, porém, os filtrarem pelo cadinho do seu próprio posicionamento intelectual. Esse é o motivo pelo

qual apresentamos, preliminarmente, um breve apontamento sobre a história da sintaxe no Ocidente e, particularmente, em Portugal, expondo, depois, em função do clima de opinião em que a obra em causa emerge, os instrumentos conceptuais por que os seus autores optam.

### Nótuas historiográficas

O processo que, a partir do século VII E.C., assinala a tendência de assimilação da dialética pela gramática tem sido, até certo ponto, associado à recuperação, pelo anglo-saxão Alcuíno de Iorque (735-804), dos dois últimos capítulos de *Institutiones grammaticae*, de Prisciano (século V-século VI), consagrados, precisamente, à sintaxe do latim, com base no modelo que tinha sido provido para o grego por Apolónio Discolo (século II). Da ampliação de tal assimilação dão conta “[...] tratados produzidos por académicos irlandeses ativos no reino franco de meados do século IX ou com eles associados [...]”<sup>1</sup> (LAW, 1997, p. 158), no âmbito dos quais se adotam vários tipos de definições, de entre os quinze plasmados, no século IV, por Marius Victorinus (ca 300-ca 363), e se generaliza a configuração do discurso gramatical segundo um formato macroestrutural entretanto recuperado<sup>2</sup>, vindo a dialética a ocupar, já no final do século IX e ao longo do século X, uma posição epistemológica primacial (LAW, 1997).

Essas primeiras tentativas de aplicação ao estudo linguístico dos tipos teóricos de definições fornecidos pela dialética, em harmonia com o pensamento aristotélico, constituirão, precisamente, a base da distinção que será claramente estabelecida, na primeira metade do século XIII, entre dois tipos de produção metalinguística, mediante o propósito de que à gramática fosse conferido o estatuto de ciência, no quadro do conceito aristotélico de ‘ciência’: referimo-nos, por um lado, à gramática regular (ou especulativa, ou teórica), a saber, a ‘gramática universal’, propugnada pelo pré-modista Jordan da Saxónia (ca 1180-1237) e consagrada ao ‘ser de razão’ das unidades linguísticas, ou seja, aos ‘modos de significar’, que, tidos por comuns em todas as línguas, explicariam as regras de formação das frases em qualquer língua particular, e, por outro lado, à gramática positiva (ou impositiva, ou prática, ou usual), dedicada ao ‘ser sensível’ das unidades linguísticas de uma dada língua.

Nos séculos XIV e XV, serão os textos da dita gramática positiva que, informados pela teoria

modista – consignante ao estudo do modo como as unidades linguísticas, enquanto construtíveis dotados, *a priori*, de ‘modos de significar’, se inter-relacionavam em diferentes tipos de construção –, contribuirão, decisivamente, para a incorporação definitiva da sintaxe nos manuais gramaticais (GRONDEUX, 2000, p. 608).

Entretanto, no século XVI, sem abandonar a relação pensamento-língua (SILVA, 1996), recuperase, de alguma forma, a essência empirista do *modus faciendi* do undecentista Petrus Heliae (fl.1140), de que é reflexo a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1507-1581), que fornece apontamentos preliminares sobre a “[...] composição ou concerto que as partes ou dições da nossa língua têm entre si [numa oração], como em qualquer outra língua [...]”, parte a que – afirma o polígrafo – “[...] os grammaticos chamam ‘construção’” (OLIVEIRA, 2000, p. 152[73]<sup>3</sup>).

No século XVII, partindo das posições epistemológicas do inaugurador da produção gramatical em português e sobre o português, Amaro de Roboredo intenta, por via da comparação da língua portuguesa com a latina, estabelecer, firmar ou confirmar princípios gerais suscetíveis de configurar, do seu ponto de vista, uma ‘gramática universal’ – numa clara aproximação, por um lado, a coordenadas epistemológicas radicáveis no pensamento de Robert Grosseteste (ca 1175-1253), de Roger Bacon (1214-1292) e de William d’Ockam (ca 1285-1347/1349), que valorizavam os dados empíricos como via de acesso ao conhecimento, e, por outro lado, aos pressupostos do ducentista Jordan da Saxónia.

Para Amaro de Roboredo (1619, p. 64, 203), a gramática “[...] tem[, exatamente,] por fim a Oração bem concertada: a qual he hua coerente disposição de palavras [...]” que “[...] segue a ordem natural”. Vislumbra, assim, o gramático a existência de relações sintático-semânticas sustentadas numa ‘ordem natural’ que, refletindo a coerente ordem do pensamento, equivaleria, no século XVIII, ao que Nicolas Beauzée (1717-1789) e Jacques-Philippe-Augustin Douchet (fl. 1762) definiriam como “l’ordre analytique de la penfée” (BEAUZÉE; DOUCHET, 1784, p. 190).

Essa parece ser, aliás, também, a base da definição de ‘sintaxe’ aduzida por Reis Lobato (apud ASSUNÇÃO, 2000, p. 314[172]; 324[182], n.a), em 1770, de acordo com a qual “[...] syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si [...] com

<sup>1</sup> Apresentamos a nossa tradução do seguinte trecho de Law (1997, p. 158): “[...] treatises by or associated with the *scotti peregrini*, the Irish scholars active in the Frankish kingdom toward the middle of the ninth century”.

<sup>2</sup> Trata-se de um género de gramática, dito ‘parsing’, cuja essência se traduz na identificação e rotulagem de formas linguísticas (LAW, 1997).

<sup>3</sup> Nas citações das obras de Fernão de Oliveira e de António José dos Reis Lobato são indicadas as páginas do texto global dos editores e, entre colchetes, as páginas que os editores atribuem à edição crítica propriamente dita de cada gramática.

que de huma cousa se afirma, ou nega outra [...]”, mediante a “[...] colocação das palavras [...]” numa “[...] ordem natural [...]”, intuindo o autor a existência de uma diferença entre a relação de determinação sintática e a relação de determinação semântica.

Entretantes, ao longo do século XIX, até que surja, em 1870, a *Grammatica practica [...]* de Augusto Epiphany da Silva Dias (1841-1916), a sintaxe<sup>4</sup> é, em termos gerais, tratada, em Portugal – sob a eclética influência de Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), de César Chesneau Du Marsais (1676-1756), de James Harris (1709-1780), de Nicolas Beauzée, de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e de Urbain Domergue (1745-1810) –, como a expressão linguística dos processos mentais ativados pela ‘percepção’ (sem que seja completamente descartada a ‘concepção’), correspondendo os componentes tidos por essenciais da então chamada ‘proposição’ ou ‘oração’ aos componentes essenciais do ‘juízo’: de uma forma geral, o ‘nexo’ estabelecível entre ‘sujeito’ e ‘atributo’ era representado pelo chamado ‘verbo substantivo’.

Na verdade, é Epiphany Dias (1870, p. 22, n. 1) quem passa a descrever a ‘oração’, pela primeira vez em Portugal, como “[...] um facto que depende da forma exterior da manifestação do pensamento [...]”, mediante a adoção da metodologia comparativa e histórica haurida nos ensinamentos da glotologia alemã oitocentista, descartando o verbo ‘ser’ como ‘verbo substantivo’ e, portanto, como verbo por excelência da tradicional ‘proposição’ e rejeitando, por consequência, o conceito de que esta refletiria, necessariamente, os três termos do ‘juízo’. Do seu ponto de vista, o ‘verbo’ constituía o centro ideal (e não material) da ‘oração’, qual núcleo catalisador de uma organização centrípeta de ‘complementos’, nisto seguindo observações feitas, por Henri Weil (1818-1909), no âmbito de um texto tido, por Delesalle (1991), como pioneiro dos estudos comparativistas em França.

#### Dos conceitos de ‘sintaxe’, ‘frase’, ‘oração’ e ‘enunciado’ em Cunha e Cintra (1986)

Na terceira edição da *Nova gramática do português contemporâneo*, que, publicada em 1986, constitui a reimpressão da primeira edição da obra, dada ao prelo dois anos antes, Celso Cunha e Lindley Cintra apresentam, como móbil desencadeador do projeto que, nessa época, se tinham proposto consubstanciar, a necessidade de “[...] uma descrição do português contemporâneo [...]” que fosse “[...] fonte de informação, tanto quanto possível

completa e atualizada [...]”, e que servisse de “[...] guia orientador de uma expressão oral e escrita [...]” considerável então como correta, associando-lhe os autores uma “[...] permanente preocupação [...]” com a estilística do português contemporâneo (CUNHA; CINTRA, 1986, p. XIII, XV).

Cunha e Cintra (1986, p. 119-120) definem ‘sintaxe’ como a “[...] parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar frases [...]”, reconhecendo, porém, no âmbito de uma pequena observação expendida no seio de um dos capítulos dedicados a essa área de descrição da língua, que o seu estudo implica “[...] o conhecimento de alguns conceitos nem sempre fáceis de definir [...]”, o que decorre, na sua opinião, não só da

[...] própria natureza do assunto, mas também das diferenças dos métodos e técnicas de análise adoptados pela Linguística Clássica e pelas principais correntes da Linguística Contemporânea.

Anunciam, assim, a seguinte determinação: “[...] neste capítulo, evitar-se-ão discussões teóricas que não tragam esclarecimentos ao estudo descritivo-normativo da sintaxe portuguesa” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 120). Ora, ‘FRASE’ e ‘ORAÇÃO’, formas de palavra significativamente usadas para a configuração do título desse capítulo, representam, precisamente, alguns dos conceitos cujo conhecimento rigoroso se torna fulcral para o estudo da sintaxe. Impõe-se, conseqüentemente, o levantamento dos traços definitórios com que os autores distinguem cada um desses instrumentos operatórios.

“FRASE [...]” – afirmam Cunha e Cintra (1986, p. 119-120) – “[...] é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação, [...] sempre acompanhada de uma melodia, de uma entoação [...]”: enquanto “[...] nas frases organizadas com verbo, a entoação caracteriza o fim de um enunciado, geralmente seguido de forte pausa [...]”, nas frases destituídas de verbo, “[...] a melodia é a única marca por que podemos reconhecê-la”.

Entretanto, ao longo da obra gramatical, vão surgindo, dispersamente, outras observações em relação às características da ‘frase’. Com efeito, os autores referem, por exemplo, que, não costumando surgir isoladamente, as palavras<sup>5</sup> ocorrem,

<sup>5</sup> Não podemos deixar de assinalar a controvérsia que tem envolvido o termo ‘palavra’. Tradicionalmente, ‘palavra’ constitui “[...] um elemento linguístico significativo composto de um ou vários fonemas [...]” e “[...] suscetível de uma transcrição escrita (ideogramática, silábica ou alfabética) compreendida entre dois espaços brancos” [“un élément linguistique significatif composé d’un ou plusieurs phonèmes” e “susceptible d’une transcription écrite (idéogrammatique, syllabaire ou alphabétique) comprise entre deux blancs”] (DUBOIS et al., 1973, p. 327, tradução nossa). Tal noção parece radicar numa definição a que Herculano de Carvalho (1973b) alude e que fora proposta por Antoine Meillet (1866-1936). Ora, Cunha e Cintra (1986, p. 75) parecem adotar a aceção tradicional de ‘palavra’, uma vez que não só a perspetivam enquanto unidade de

<sup>4</sup> Santos (2010) trata dos conceitos de ‘sintaxe’ e de ‘construção’, bem como da sua operacionalização, em obras metalinguísticas portuguesas do século XIX.

geralmente, em união com outras, para a configuração de frases quais “[...] verdadeiras unidades da fala [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 59); aduzem, ainda, que uma língua “[...] é constituída de um conjunto infinito de frases [...]”, possuindo cada uma delas “[...] uma face sonora, ou seja a cadeia falada, e uma face significativa, que corresponde ao seu conteúdo [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 75). Posteriormente, acrescentam, no capítulo dedicado especificamente ao tratamento do assunto em pauta, que a ‘frase’ pode ser constituída:

a) ou por uma só palavra – v.g.: “Fogo!” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 119) –, sendo a melodia, nesse caso, “[...] a única marca [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 120) por que uma frase se torna reconhecível como tal;

b) ou por várias palavras, entre as quais pode incluir-se uma forma de verbo – v.g.: “Alguns anos vivi em Itabira” –, ou não – v.g.: “Que inocência!” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 119) –, revelando-se importante, num e noutro casos, a entoação enquanto fator determinante para a identificação de uma frase.

Verificamos, assim, que a proposta de definição de ‘frase’ supraindicada se alicerça quer na forma da expressão, numa aceção vicinal à representada no quadro da teoria Hjelmsleviana<sup>6</sup> da linguagem, quer na substância da expressão, tal como o criador da glossemática a concebia. De facto, por um lado, os especialistas apontam para a importância dos traços suprasegmentais da unidade e das características das formas linguísticas suscetíveis de integrar essa unidade, não obstante os exemplos por si proporcionados não esgotem, em relação a este último aspeto, as conceptualmente frágeis potencialidades da sua proposta. Entretanto, por outro lado, socorrem-se, em grande parte, de *corpora* ilustrativos do uso da língua em mundos possíveis ficcionais criados por meio de códigos típicos do sistema semiótico literário e, portanto,

contextualizados – embora não interpretados em função de variáveis contextuais específicas – na qualidade de partes de macroatos linguísticos literariamente estilizados. Tais *corpora* são, portanto, partes de artificiais entidades-*token*<sup>7</sup>, dotadas de ‘referência’, em função dos universos instituídos, e enunciadas por via da concretização de uma ‘variável intencional’, qual ‘estratégia global’ subjacente, responsável pela atualização de macroestruturas superestruturalmente organizadas em categorias pautadas por regras de combinação específicas.

Essa opção dos autores por *exempla*, na sua maior parte, de caráter literário<sup>8</sup>, prendendo-se com o objetivo propugnado de “[...] mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. XIV), resulta da sua “[...] tentativa de descrição do português [que lhes era coevo] na sua forma culta [...]”, isto é, da língua tal como “[...] escritores portugueses, brasileiros e africanos [...]” a tinham utilizado, desde o Romantismo até então, ainda que Cunha e Cintra anunciem não descurar “[...] dos factos da linguagem coloquial [...]”, especialmente na análise do emprego e dos valores afetivos das formas idiomáticas (CUNHA, CINTRA, 1986, p. XIV).

Afigura-se-nos, assim, que o estabelecimento, por Cunha e Cintra, do conceito dicotómico de ‘frase’ – ‘frase organizada com verbo’ e ‘frase organizada sem verbo’ – radica no facto de não estabelecerem, a nível do estudo da estrutura da língua, duas distinções metodológicas, a saber: uma distinção metodológica entre uma área de descrição semântica e uma área de descrição sintática, relativas a domínios interdependentes de categorias de unidades linguísticas abstratas e de princípios regentes da estruturação e combinação das mesmas; e uma distinção metodológica entre essas áreas e uma macro-área, correspondente a um domínio “[...] integrante ou fondatrice [...]” (ARMENGAUD, apud FONSECA, 1994, p. 34) em relação àqueloutros, de descrição enunciativo-pragmática, consignada aos diversos tipos de condições norteadoras das operações de uso, ou

som e significado menor que a frase e maior que o fonema, reconhecendo muito embora a existência de “[...] unidades de som e conteúdo menores que as palavras [...]”, como também a consideram identificável por via da sua independência ortográfica. É, porém, digno de nota o facto de que foi no âmbito do Estruturalismo que se começou a pôr em relevo a imprecisão que acarretava a utilização desse termo (MARTINET, 1995). Entretanto, David Crystal (1997, p. 419, tradução nossa) assinalou a existência de “[...] algumas dificuldades que obstarão a que se chegasse a um uso consistente do termo em relação a outras CATEGORIAS de descrição linguística e na comparação de línguas de diferentes tipos estruturais” [“several difficulties in arriving at a consistent use of the term in relation to other CATEGORIES of linguistic description, and in the comparison of languages of different structural types”], tendo destacado alguns dos diferentes tipos de abordagem da noção de ‘palavra’, dos quais, em alguns casos, decorre, em virtude da consequente delimitação de unidades não-coincidentes, uma espécie de não-convergência signica, sobre a qual reflete, demoradamente, Luísa Azuaga, que a considera “[...] associada ao facto de a palavra ‘palavra’ não ser um termo científico, mas emprestado do vocabulário corrente” (AZUAGA, 1996, p. 219).

<sup>6</sup> Hjelmslev (1968) mostra, no seio da glossemática, como tal distinção metodológica de origem saussuriana se aplica à descrição e explicação do funcionamento de uma língua natural.

<sup>7</sup> Os termos *type* e *token* foram introduzidos na Semântica pelo filósofo e lógico americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), tido por Aart van Zoest como um dos pais da semiótica moderna (LYONS, 1977, p. 13). “Tokens are unique physical entities, located at a particular place in space or time” (LYONS, 1977, p. 14).

<sup>8</sup> Elaborado em função da adoção de uma perspectiva filológico-cultural, parece-nos fundamental, a esse propósito, o estudo de C. C. Henriques (2004, p. 138-152), que fez um levantamento das citações literárias (em maior número) e não-literárias (em número diminuto) configuradoras do exemplário da obra em causa, perseguindo o objetivo mais amplo de reconstituir e de comentar o cânone linguístico-literário das obras de Celso Cunha. Tal cânone é caracterizado, na generalidade, por Henriques (2004, p. 117, grifo nosso), como um “[...] ‘atestado de qualidade linguístico-literária’ [...]” que representaria o “[...] uso reiterado e generalizado no registro prestigiado (escrito) [...]” (HENRIQUES, 2004, p. 116), suscetível, por isso, de comprovar as descrições/explicações metalinguísticas aduzidas.

atualização, daquelas unidades linguísticas, segundo determinados modelos de organização ou combinação, em contextos situacionais específicos e em consonância com as intenções dos falantes, às quais, curiosamente, os autores não parecem estar alheios<sup>9</sup>. Com efeito, no capítulo dedicado à ‘Pontuação’, designadamente no âmbito do tratamento de um pontema classificado como essencialmente melódico – o ‘ponto de exclamação’ –, deparamo-nos com a noção de que a identificação do seu valor, por parte de um determinado leitor, depende da “[...] tarefa, extremamente delicada, de interpretar a intenção do escritor” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 652). O que nos parece, no entanto, é que, se, dado o cariz eminentemente literário da generalidade das fontes do exemplário apresentado, existe uma consciência implícita da importância dessa variável contextual-situacional, ela não funciona qual fator ponderável no tratamento da sintaxe-semântica da língua portuguesa.

As supramencionadas não distinções metodológicas entre planos de descrição linguística parecem justificar, ademais, o surgimento da conceção de que a ‘língua’, enquanto “[...] sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 1), é constituída por “[...] um conjunto infinito de frases [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 75), ou seja, de acordo com a aceção de ‘frase’ emitida pelos autores, por um conjunto infinito de entidades-*token*, facto que conflita, por um lado, com a afirmação de raiz saussuriana, citada, pelos autores, de Slama-Casacu (apud CUNHA; CINTRA, 1986, p. 2), de que o ‘discurso’ se define como “[...] o acto de utilização individual e concreto da LÍNGUA [...]”, ou seja, como “[...] a forma concreta sob a qual se manifesta a LÍNGUA [...]”, e, por outro lado, com a observação de Ferdinand de Saussure (1857-1913) de que “[...] a frase pertence à fala, não à língua [...]” (SAUSSURE, 1978, p. 209), muito embora o mestre franco-genebrino entendesse que

[...] era preciso reconhecer que, no domínio do sintagma [, cujo tipo por excelência considerava ser a frase], não [havia] limite definido entre o facto da língua, resultado do uso colectivo, e o facto da fala, que depend[ia] da liberdade individual (SAUSSURE, 1978, p. 210).

<sup>9</sup> Teoricamente, os gramáticos, partindo, por via de uma citação de base saussuriana atribuída a Tatiana Slama-Casacu (apud CUNHA; CINTRA, 1986, p. 2), da conceção, que está na base dos desenvolvimentos teóricos recentes em Linguística, de que a ‘língua’ “[...] é, simultaneamente, o instrumento e o resultado da actividade de comunicação [...]”, passam a apresentá-la, posteriormente, enquanto diassistema, reconhecendo já algumas das dimensões da heterogeneidade desse objeto formal, aliás seminais na abordagem de Ferdinand de Saussure. A distinção e as relações que, preliminarmente, estabelecem entre ‘língua’ e ‘discurso’ não têm, porém, consequência a nível do estudo sintático-semântico da estrutura da língua portuguesa que, sob um prisma descritivo-normativo, se propõem oferecer-nos.

Efetivamente, na sua lição de 27 de junho de 1911, o linguista franco-genebrino observa o seguinte:

Os sintagmas, embora constatáveis em combinações que não são frases, têm nas frases um dos seus tipos bastante óbvio. Toda a frase será um sintagma. Ora, a frase pertence à fala e não à língua. Objeção: não será que o sintagma não pertence à fala e não será que misturamos as duas esferas ‘língua-fala’ para distinguirmos as duas esferas ‘sintagma-associação’? É, com efeito, aqui que há qualquer coisa de delicado na fronteira dos dois domínios. Trata-se de uma questão difícil de dilucidar (SAUSSURE, 1978, apud BOUQUET, 1997, p. 334-335, grifos do autor)<sup>10</sup>.

Ora, torna-se quase inevitável detetar, na problemática equacionada por Saussure, uma intuição da inevitabilidade do surgimento do que viria a constituir objeto formal de conhecimento da chamada Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema, na perseguição do objetivo de caracterizar a estrutura da língua à luz das dimensões – linguística, cognitiva, psicológica, social e cultural – implicadas no seu exercício contextualizado, de que resulta a sua objetivação plural. Com efeito, hoje, entendemos que um objeto formal representativo de uma ‘língua natural’ é, enquanto modelo plurissistémico abstrato, constituído por ‘SISTEMAS VIRTUAIS’<sup>11</sup> responsáveis pela “[...] natural ocorrência da manifestação da língua [...]”, ou seja, o ‘texto’, “[...] um SISTEMA ATUAL”<sup>12</sup> (BEAUGRANDE, 1980, p. 16, tradução nossa).

<sup>10</sup> Eis o texto que foi objeto de tradução a partir de Bouquet (1997, p. 334-335, grifos do autor): “Les syntagmes, quoiqu’à constater dans des combinaisons qui ne sont pas des phrases, ont pour types assez évident les phrases elles-mêmes. Toute phrase sera un syntagme. Or la phrase appartient à la parole et non à la langue. Alors objection: est-ce que le syntagme n’appartient pas à la parole et ne mélangeons-nous pas les deux sphères ‘langue-parole’ pour distinguer les deux sphères ‘syntagme-association’? C’est en effet ici qu’il y a quelque chose de délicat dans la frontière des deux domaines. Question difficile à trancher”. Bouquet comenta que a coerência da teoria de Saussure nos impede a considerar ingénua a ideia da ‘separação’ entre ‘fala’ e ‘língua’, fixada pelo texto de 1916: “[...] ce dont il s’agit – ce que Saussure et ce que la cohérence de sa théorie nous commandent de faire –, c’est de critiquer une idée naïve de la ‘séparation’ entre parole et langue qui apparaît *ad usum delphini* dans le cours genevois et que fixe le texte de 1916” (BOUQUET, 1997: 340, grifo do autor).

<sup>11</sup> Trata-se de ‘VIRTUAL SYSTEMS’, referindo-se Robert de Beaugrande (1980, p. 16, tradução nossa) a “[...] unidades funcionais de elementos cujo potencial ainda não tenha sido posto em uso, e.g. os repertórios de sons, formas gramaticais, padrões de frase, nomes de conceitos, etc., que uma dada língua particular oferece aos seus utentes [...]”: “[...] functional unities of elements whose potential is not yet put to use, e.g. the repertories of sounds, grammatical forms, sentence patterns, concept names, etc., which a particular language offers its users” [...].

<sup>12</sup> O que Beaugrande apresenta como “[...] the ‘naturally occurring manifestation’ of language [...]”, “[...] an ACTUAL SYSTEM [...]”, o ‘texto’, é definido, assim, como uma configuração linguística significativa com que se intenciona comunicar, ou seja, como “[...] uma unidade funcional criada através de processos de decisão, em função da seleção de opções oferecidas pelos sistemas virtuais. [...]”. Consequentemente, o texto ‘não é’ simplesmente uma ‘categoria’ quantitativamente superior à da frase [...]. Um texto pode ser constituído por uma só palavra e pode ser composto de elementos que não apresentem o estatuto de frase (e.g., sinais rodoviários, avisos, telegramas, etc.) [...]” (BEAUGRANDE, 1980, p. 1, 16, tradução nossa, grifos do autor). Eis o trecho original: “[...] a functional unity created through processes of decision and selection among options of virtual systems. [...]”. It follows that the text is ‘not’ simply a larger ‘rank’ than the sentence [...]. A text may be no longer than a single word, and it may be composed of elements without sentence status (e.g. road signs, advertisements, telegrams, and so on) [...]”.

Outro aspeto digno de saliência é o que se prende com a exclusão, por Cunha e Cintra, no caso de a ‘frase’ ser constituída por uma só palavra, da possibilidade de essa palavra integrar monemas representativos de um determinado predicador verbal e de específicos operadores semânticos adicionais de ‘tempo’ e ‘modo’, com que se amalgamem ou a que se anexem um monema de ‘pessoa’ e, eventualmente, um monema de ‘plural’, configurando, assim, a chamada “[...] predicatividade actual [...]”, enquanto traço fundamental da frase (VILELA; KOCH, 2001, p. 297-298). É que, *a posteriori*, no âmbito do mesmo capítulo, a propósito da chamada “Oração sem sujeito [...]”, Cunha e Cintra (1986, p. 130) contradizem, ilustrativamente, as suas observações teóricas, ao fornecerem um exemplo – ‘Chove’ –, de entre outros, demonstrativo não já da, pretensamente consequente, organização frásica nominal, mas da verbal, por meio de uma só palavra.

Note-se que os autores utilizam, explicitamente, o termo ‘frase nominal’, na aceção de frase “[...] organizada sem verbo [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 615), a propósito do que denominam de “Figuras de sintaxe [...]”, caracterizadas enquanto “[...] processos expressivos que provocam [...] particularidades de construção [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 613) e que vulneram a “[...] coesão gramatical [...]”<sup>13</sup> entretanto “[...] substituída por uma coesão significativa,<sup>[14]</sup> condicionada pelo contexto geral e pela situação” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 613). Apontando a elipse como um daqueles processos, Cunha e Cintra (1986,

p. 615) distinguem entre frases verbais organizadas com/por um elemento linguístico enquadrável na categoria sintática do ‘verbo’ e ocorrente ou não-ocorrente a nível da estrutura textual de superfície, sendo, neste último caso, sempre recuperável, e frases nominais, entendidas como “[...] formas expressivas elaboradas dentro de princípios linguísticos diversos [...]”, cuja reconstrução, nas mesmas bases, constituiria uma “[...] arbitrariedade”<sup>15</sup>.

Segundo esse conceito dicotómico de ‘frase nominal’ e ‘frase verbal’, teríamos, então, por um lado, frases de cuja organização estaria ausente qualquer elemento enquadrável na categoria sintática do ‘verbo’, surgindo um item linguístico da categoria do ‘nome’ como polo organizador das mesmas, e, por outro lado, frases organizadas em torno de uma forma de ‘verbo’.

Curiosamente, essa perspectiva difere da apresentada por Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), que estabelece a diferença entre ‘frase nominal’ e ‘frase verbal’ a partir da natureza do tradicional predicado, prevendo a presença, a nível sintático, de um elemento linguístico da categoria do ‘verbo’:

A língua portuguesa, como as demais línguas românicas, conservou o padrão frasal básico latino, que consiste num nexos entre ‘sujeito’ e ‘predicado’, segundo os termos que a gramática latina adotou ao traduzir e acompanhar a gramaticologia grega. O ‘sujeito’ é um substantivo (nome ou pronome), que serve de ‘tema’, ou ponto de partida, da comunicação frasal. O predicado, que é a essência da comunicação, é um verbo ou um nome (substantivo ou adjetivo); um ou outro se acham em confrontação que dá o efeito de nexos entre um e outro.

Assim, de acordo com a natureza do predicado – verbo ou nome – a frase portuguesa, como sucedia com a frase latina, é respectivamente verbal ou nominal.

Na frase nominal em latim o nexos era essencialmente expresso por meio fonológico, através do que se chama a ‘entoação’ [...] A língua portuguesa, entretanto, de acordo com um movimento geral românico, generalizou o padrão latino paralelo que consistia em estabelecer o nexos, além da entoação, por uma forma verbal de ‘esse’ ‘ser’ (*Homo bonus est*). No padrão normal português [referente à frase nominal], a forma do verbo ‘ser’ se intercala entre o sujeito e o predicado: ‘O homem é bom’. O grande impulso para a fixação do uso do verbo deve ter sido a vantagem de assim se poder

<sup>13</sup> Os autores não definem ‘coesão gramatical’, parecendo referir-se “[...] à propriedade de unidades maiores do que o MORFEMA destinada a unir, em CONSTRUÇÕES, por exemplo, o ARTIGO com o SUBSTANTIVO [...]” – “[...] to the property of larger units than the MORPHEME to bind together in CONSTRUCTIONS, e.g. ARTICLE + NOUN [...]” – (CRYSTAL, 1997, p. 68, tradução nossa), ou seja, à coesão gramatical frásica, designativa dos “[...] processos de sequencialização que asseguram, a nível sintagmático e oracional, uma ligação significativa entre os elementos linguísticos que ocorrem na superfície textual [...]” (MATEUS et al., 1989, p. 137).

<sup>14</sup> Os autores teriam, certamente, em mente não já só a conectividade sequencial frásica, mas, sobretudo, o que, atualmente, em análise de discurso, surgindo sob a designação de ‘coerência’, ou ‘conectividade conceptual’, se prende, segundo Crystal (1997, p. 68, tradução nossa), com “[...] o principal princípio organizacional postulado para dar conta da conectividade ou identidade FUNCIONAL subjacente a um troço de LÍNGUA falada ou escrita [...]”, ou, de acordo com o texto original, “[...] the main principle of organization postulated to account for the underlying FUNCIONAL connectedness or identity of a piece of spoken or written LANGUAGE (TEXT, discourse) [...]”. Esse princípio “[...] envolve o estudo de fatores como o conhecimento do mundo dos utentes da língua, as inferências que fazem, os pressupostos de que partem, bem como, em particular, o estudo da forma como a comunicação é mediada através do uso de ATOS DE FALA [...]”: “It involves the study of factors as the language users’ knowledge of the world, the inferences they make, and the assumptions they hold, and in particular of the way in which communication is mediated through the use of SPEECH ACTS [...]” (CRYSTAL, 1997, p. 68, tradução nossa). Ora, isso está em conformidade com “[...] a assunção básica [...] de que a coerência ou ordem na conversação deve ser procurada não ao nível das expressões linguísticas, mas, antes, ao nível dos atos de fala ou dos movimentos interacionais resultantes da enunciação dessas expressões”: “[...] a basic assumption [...] that the level at which coherence or order in conversation is to be found is not at the level of linguistic expressions, but at the level of the speech acts or the interactional moves that are made by the utterance of those expressions [...]” (LEVINSON, 1983, p. 288, tradução nossa).

<sup>15</sup> A elipse na frase verbal é ilustrada com trechos de obras literárias enquadráveis no modo narrativo, enquanto a organização da frase nominal é exemplificada não só com troços de obras narrativas, mas também, e sobretudo, com extratos de obras literárias pertencentes ao modo lírico.

indicar diretamente o ‘tempo’, a que se reporta a comunicação, por meio do flexionamento da forma verbal [...].

Por outro lado, com a distinção fundamental, que se criou em português e espanhol[,] entre ‘ser’ e ‘estar’, o padrão frasal nominal também se bipartiu, dentro das duas línguas, na base do verbo empregado (CÂMARA JR., 1976, p. 233-234, grifos do autor)<sup>16</sup>.

Para Émile Benveniste (1902-1976), ao contrário,

[...] importa separar completamente [...] o estudo da frase nominal do estudo da frase com o verbo ‘ser’. [...] Uma frase com o verbo ‘ser’ é uma frase verbal, semelhante a todas as frases verbais. Não deve, por isso, sob pena de contradição, ser tomada por uma variedade de frase nominal (BENVENISTE, 1966, p. 156-157, grifos do autor)<sup>17</sup>.

Segundo Benveniste (1966), se esse tipo estrutural de frase se encontra generalizado nas mais diversas línguas – do indo-europeu às línguas ameríndias –, há línguas flexionais que o não conhecem, designadamente, as línguas europeias ocidentais do seu tempo. De entre estas línguas, destaca, em certo momento, o espanhol – do qual aquele tipo estrutural de frase teria sido abolido –, para sublinhar que

[...] não é por acaso que a distinção entre ‘ser’, ser de essência, e ‘estar’, ser de existência ou de circunstância, coincide em larga medida com a distinção, num estado de língua bastante mais antigo, entre a frase nominal e a frase verbal (BENVENISTE, 1966, p. 151, 167, tradução nossa, grifos do autor)<sup>18</sup>.

Depois de estudar textos em grego antigo e em latim, Benveniste (1966, p. 167) chega à conclusão de que a ‘frase nominal’, encontrando-se sempre ligada ao discurso direto e servindo sempre para enunciar uma asserção de caráter geral, de valor permanente e de tipo proverbial, “[...] exclui toda a forma verbal suscetível de particularizar a expressão [...]”<sup>19</sup>, pelo que é, por natureza, não-temporal,

não-modal, não-aspetual<sup>20</sup> e, conseqüentemente, desprovida de subjetividade:

Como esse tipo de enunciado foi considerado como uma frase verbal com deficiência de verbo, não se poderia destacar a especificidade da sua natureza. [...] A partir do momento em que se introduz uma forma verbal, a frase nominal perde o seu valor próprio, que reside na ‘não-variabilidade’ da relação implicada entre o enunciado linguístico e a ordem das coisas (BENVENISTE, 1966, p. 166, grifo do autor)<sup>21</sup>.

A frase nominal seria, então, atualizável num enunciado assertivo finito, integrando, conforme expõe Benveniste (1966, p. 158), uma forma de ‘nome’ com função verbal que representaria um elemento ‘invariante, implícito, que [daria] ao enunciado força de asserção’<sup>22</sup>.

Ora, essas observações de Benveniste não sustentam, de forma alguma, a tessitura teórica proposta por Cunha e Cintra, que associam, na língua portuguesa, ‘frase nominal’ a configurações expressivas incisivas, sugestivas e de acentuado caráter afetivo (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 615, 483). Os referidos especialistas seguem, antes, de perto as considerações de Jules Marouzeau (1878-1964), para quem a ‘frase nominal’, caracterizada por dela estar ausente, e não nela estar, tão-só, omitido, um elemento linguístico da categoria do ‘verbo’, constituía não só um procedimento empregue no texto literário, “[...] para produzir um efeito de celeridade [...]”<sup>23</sup>, mas também, e sobretudo, um procedimento adotado na oralidade (MAROUZEAU, 1965, p. 154). Este estudioso não deixa, ainda assim, de assinalar, por fim, o seguinte: “Parece-nos que uma frase deve estar, de alguma maneira, organizada em torno do seu verbo, de que partem e para que convergem os fios condutores”<sup>24</sup> (MAROUZEAU, 1965, p. 154).

<sup>16</sup> Mattoso Câmara Jr. (1977, p. 183, grifo do autor) dá conta de um padrão frasal nominal que nos parece estar contemplado na definição que fornece de ‘oração’: “Mesmo a oração nominal de complemento predicativo [...] apresenta normalmente o verbo ‘ser’ como verbo substantivo”. Tal ‘oração’ corresponderia a um padrão sintático vigente na língua, mais exatamente, à “frase integralmente lingüística”, que não precisaria de ser complementada pela mímica do falante ou pelos dados da situação em que fosse enunciada (CÂMARA JR., 1977, p. 122). É possível, então, que o autor não descartasse a possibilidade de, na oralidade, o padrão frasal nominal ser incompletamente atualizado, do ponto de vista linguístico, por um dado falante.

<sup>17</sup> De acordo com o texto original: “[...] il importe [...] de séparer entièrement l’étude de la phrase nominale et celle de la phrase à verbe ‘être’. [...] Une phrase à verbe ‘être’ est une phrase verbale, pareille à toutes les phrases verbales. Elle ne saurait, sous peine de contradiction, être prise pour une variété de phrase nominale”.

<sup>18</sup> Eis o trecho de Benveniste (1966, p. 167) por nós traduzido: “[...] il n’est sans doute pas fortuit que la distinction entre ‘ser’, être d’essence, et ‘estar’, être d’existence ou de circonstance, coincide en une large mesure avec celle que nous indiquons entre la phrase nominale et la phrase verbale pour en état linguistique beaucoup plus ancien”.

<sup>19</sup> Tal como assevera Benveniste (1966, p. 167), “exclut toute forme verbale qui particulariserait l’expression”.

<sup>20</sup> Em relação a estes três aspetos, a perspetivação de Benveniste (1966) difere, como ele próprio aponta, do ponto de vista de Louis Hjelmslev (1899-1965), que advoga que frases nominais (predicativas) do latim clássico e pré-clássico por si estudadas “[...] encerram uma característica representativa de cinco morfemas fundamentais [de ‘tempo’, ‘modo’, ‘aspeto’, ‘pessoa’ e ‘diátese’] expressos por zero [...]”, ou, conforme o original, “[...] renferment une caractéristique comprenant cinq morphèmes fondamentaux, qui sont tous exprimés, dans les circonstances, par zéro [...]” (HJELMSLEV, 1948, p. 264, tradução e grifos nossos). Assim, “[...] substituir zero por uma expressão verbal explícita [...]” – “[...] remplacer le zéro par une expression verbale explicite [...]” – poderia implicar apenas uma mudança de “[...] ‘realce’ [...]” – “[...] ‘relief’ [...]” –, pelo que a diferença entre uma frase nominal e uma frase verbal equivaleria à “[...] diferença entre o grau excessivo (de relevo) e o grau normal do baixo relevo” – “[...] différence entre le degré excessif et le degré normal du relief bas [...]” (HJELMSLEV, 1948, p. 265, tradução nossa, grifo do autor).

<sup>21</sup> Segue o texto original: “Tant que ce type d’énoncé a été considéré comme une phrase verbale à verbe déficient, sa nature spécifique ne pouvait ressortir. [...] Dès qu’on y introduit une forme verbale, la phrase nominale perd sa valeur propre, qui reside dans la ‘non-variabilité’ du rapport impliqué entre l’énoncé linguistique et l’ordre des choses” (BENVENISTE, 1966, p. 166, grifo do autor).

<sup>22</sup> Eis o original: “[...] invariant, implicite, qui donne à l’énoncé force d’assertion” (BENVENISTE, 1966, p. 158).

<sup>23</sup> O trecho original da lavra de Marouzeau (1965, p. 154) é o seguinte: “[...] pour réaliser un effet de rapidité”.

<sup>24</sup> “Une phrase nous paraît devoir en quelque manière être organisée autour de son verbe, de qui partent et vers qui converge les fils conducteurs” (MAROUZEAU, 1965, p. 154).

É, pois, inevitável recuperar um fio condutor que emerge em todas as teorias da estrutura da ‘frase’ (CRYSTAL, 1997, p. 347-348). Sendo esta unidade teórica coincidente, pelo menos, com uma oração, o predicado sintático de uma frase simples “[...] inclui pelo menos um elemento verbal [...]” (MATEUS et al., 1989, p. 161), ou seja, um monema verbal em que incidam monemas gramaticais de ‘tempo’, ‘modo’ e ‘pessoa’, constituindo, do ponto de vista sintático, o elemento central em relação aos restantes elementos linguísticos com que se combine (QUIRK et al., 1992, p. 50).

Assim, a denominada, por Cunha e Cintra, ‘frase nominal’ ou representará, mais propriamente, a redução da ‘frase’ mono-oracional, resultante da elipse, a nível da estrutura de superfície, de um elemento verbal recuperável a partir de um contexto situacional em que aquela se atualize, ou, não constituindo propriamente uma ‘frase’, deverá ser entendida como uma parte de uma frase mono-oracional, que, ao ser transformada em ‘enunciado’, numa determinada situação, se torna, igualmente, veículo de uma intenção específica de comunicação reconhecida como tal.

Prosseguindo a nossa reflexão sobre a definição de ‘frase’ de Cunha e Cintra, verificamos que ela atende, por outro lado, à ‘forma do conteúdo’<sup>25</sup>, dado que refere, como característica adicional dessa unidade, a sua autossuficiência semântica. De facto, a ‘frase’ é encarada como unidade possuidora de “[...] uma face significativa [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 75) e portadora de “[...] sentido completo [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 119). A propósito desta questão, Jean Dubois et al. (1973, p. 377, grifos do autor), no âmbito do verbete relativo à ‘frase’ emergente no seu *Dictionnaire de Linguistique*, já haviam afirmado o seguinte:

Para definir a frase, não podemos socorrer-nos da ideia de unidade de sentido, porque o mesmo conteúdo poderá exprimir-se numa frase (‘Enquanto eu leio, a mamã costura’), ou em duas (‘Eu leio. A mamã costura’)<sup>26</sup>.

‘Sentido’ e ‘frase’ são, também aí, entendidos como instrumentos conceptuais operantes num mesmo nível difuso de análise, não obstante transpareça já a ideia da possibilidade de um locutor de uma determinada língua natural se socorrer de organizações diversas do material linguístico, para

comunicar um mesmo sentido<sup>27</sup>. Mais tarde, em relação à emergência daquele traço definitório em diversas propostas de descrição do que em espanhol se designa por ‘*oración*’, César Hernández Alonso (1937-) comenta, na sua *Gramática funcional del español*, que

[...] lo difícil es precisar qué entendemos por ‘sentido completo’, que puede encontrarse en una sola palabra (ej. : ‘Enhorabuena!’), en un *nexus*, en una combinación de éstos, en un párrafo y en los más diversos tipos de unidades (HERNÁNDEZ ALONSO, 1986, p. 54-55, grifo do autor).

Para este linguista, a ‘*oración*’ constitui uma unidade linguística, gramatical e textual ou de enunciado, “[...] que posee autonomía semántica [...]” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1986, p. 56), o que significa, segundo elucida, que, “[...] para transmitir su mensaje, que será comprensible, no necesita apoyarse en ningún elemento lingüístico [extra-oracional]” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1986, p. 57). É curioso, entretanto, o facto de que o mesmo autor considera conveniente “[...] recordar que algunos de ellos [elementos de uma oração] pueden guardar relación de anáfora o de catáfora con elementos de outra *oración* [...]” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1986, p. 57), referindo-se, assim, a um mecanismo sintático-semântico de estruturação não da frase, mas já do texto/discurso<sup>28</sup> – a coesão gramatical, mais concretamente, a coesão referencial endofórica, também designada por *deixis* discursiva. Na verdade, quando, atualmente, se fala em ‘sentido’, tem-se em mente, de acordo com a distinção estabelecida por Oswald Ducrot (1930-)<sup>29</sup>, no âmbito da Pragmática Integrada, que o conceito que inere a esse termo se refere à atualização do significado num enunciado específico produzido numa concreta situação de comunicação. ‘Sentido’ corresponderá, assim, ao que, nos termos de Herbert-Paul Grice (1913-1988), podemos designar por *non-natural meaning*, ou *meaning-*nn**, ou seja, o resultado do concurso, por um lado, do significado frásico e, por outro lado, do significado do enunciado e do significado do falante (GRICE, 1983).

<sup>27</sup> Essa ideia fora, aliás, bem claramente veiculada por Epiphanyo Dias (1870, p. 22, n.1).

<sup>28</sup> Utilizamos indistintamente os termos ‘texto/discurso’, para designar o produto do uso de uma língua natural, ou seja, uma unidade linguística estrutural coesa, de extensão variável, dotada de autonomia semântica e coerência, sendo resultante, num determinado contexto situacional, da intenção comunicativa de um falante/escrevente.

<sup>29</sup> Encarando a ‘frase’ e o ‘texto’, por um lado, e o ‘enunciado’ e o ‘discurso’, por outro, como realidades que, de um ponto de vista semântico, “[...] se comportam de modo totalmente diferente [...]”, Ducrot (1984, p. 372) propõe “[...] termos distintos para o valor semântico das entidades abstractas e o das realizações espaço-temporais [...]”, utilizando ‘significação’ para “[...] a representação semântica da frase ou do texto [...]” e ‘sentido’ “[...] para o enunciado ou discurso”.

<sup>25</sup> Veja-se a formulação desse conceito em Hjelmslev (1971).

<sup>26</sup> “Pour définir la phrase, on ne peut avancer l’unité de sens, puisque le même contenu pourra s’exprimer en une phrase (‘Pendant que je lis, maman coud’) ou en deux (‘Je lis. Maman coud’)” (DUBOIS et al., 1973, p. 377, grifos do autor).

Cunha e Cintra (1986, p. 3, 119) apercebiam-se da importância da língua

[...] como instrumento de comunicação social, maleável e diversificado em todos os seus aspectos, meio de expressão de indivíduos que vivem em sociedades também diversificadas social, cultural e geograficamente [...],

razão pela qual apresentam a ‘frase’ como “[...] um enunciado [...], a unidade mínima de comunicação”. Com efeito, ao tratarem a noção de ‘discurso’, que definem como “[...] a língua no acto, na execução individual [...]”, acrescentam que,

[...] como cada indivíduo tem em si um ideal linguístico, procura ele extrair do sistema idiomático de que se serve as formas de enunciado que melhor lhe exprimem o gosto e o pensamento (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 1).

Essa observação evoca, claramente, a definição de ‘língua’ fornecida por Jules Marouzeau, que, aliás, os autores citam, em nota de rodapé, por meio de tradução portuguesa da sua própria responsabilidade: “[...] a LÍNGUA [...]” – traduzem – “[...] é ‘a soma dos meios de expressão de que dispomos para formar o ‘enunciado’ [...]’ (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 1, grifo nosso), entendido como “[...] termo mais geral empregue para designar toda a comunicação feita pelo sujeito falante [...]”<sup>30</sup> (MAROUZEAU, 1961, p. 86). A ‘língua’ seria, dessa forma,

[...] repertório de possibilidades, fundo comum colocado à disposição dos utentes, que o [utilizariam] segundo as suas necessidades de expressão, seleccionando o estilo de acordo com as leis da linguagem/da língua [...] (MAROUZEAU, 1965, p. 10)<sup>31</sup>.

Assim, a ‘frase’, enquanto sistema hierárquico de elementos fonética, gramatical e psicologicamente correlacionados, destinar-se-ia a representar uma ideia cabal concebida por um dado sujeito falante de forma a favorecer a reconstituição exata, pelo correspondente auditor, da sua intenção comunicativa (MAROUZEAU, 1961, p. 177; 1965, p. 155).

O que nos parece, na verdade, é que a noção sustentadora do uso, por esses autores, do termo ‘enunciado’ equivale à que vinha sendo dicionarizada ao longo do século XIX. A título de exemplificação, no seu postumamente publicado *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Lingua*

*Portuguesa*, Domingos Vieira (falecido em 1854), depois de apresentar ‘enunciado’ como o participio passado de ‘enunciar’, expõe o que seriam os potenciais sentidos desse verbo, decorrentes da sua atualização efetiva num ato comunicativo: “[...] contar, declarar, exprimir, proferir, explicar, expor os pensamentos, etc.” (VIEIRA, 1873, p. 198). Indica, posteriormente, uma forma de conjugação reflexa desse verbo – “Enunciar-se [...]”, no sentido de “[...] exprimir-se, dar a conhecer os seus pensamentos falando” (VIEIRA, 1873, p. 198). No entanto, o *Dicionário da Lingua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), na sua sétima edição, cujos melhoramentos e acrescentamentos em relação às edições anteriores são da responsabilidade de F. Adolpho Coelho (1847-1919), intui já fatores importantes a que se viriam a vincular, mais tarde, os conceitos de ‘enunciado/enunciar’: após indicar um exemplo ilustrativo da atualização do significado de ‘enunciado’ – “‘palavras’ enunciadas ‘com grande ênfase’”<sup>32</sup> (MORAES SILVA, 1877, p. 679, grifos do autor) – enquanto participio passado de ‘enunciar’, passa ao tratamento dos possíveis sentidos veiculáveis por esta última forma:

Declarar com palavras [...]<sup>33</sup>, fallar, explicar-se. [...] fazer conhecer, dar a saber a outrem o nosso conceito por meio de palavras. ‘Exprimir’ [que apresentara, antes, como sinónimo de ‘enunciar’] é fazer conhecer a outrem o nosso conceito por qualquer modo, e isso da maneira mais significativa, mais energica, e mais propria para imprimir-lhe no espirito a imagem do objecto, que queremos fazer conhecer (MORAES SILVA, 1877, p. 679, grifo do autor).

O lexicógrafo, mais exatamente, F. Adolpho Coelho, leva em linha de conta uma espécie de germen antecipador dos modernos tratamentos da significação linguística, a saber, a existência de um interlocutor a quem um locutor daria a saber algo, segundo o que lhe ‘quisesse’ fazer conhecer.

Hoje, impõe-se a distinção entre ‘frase’ e ‘enunciado’, tal como assevera Levinson (1983, p. 18-19, grifos do autor):

A distinção entre ‘frase’ e ‘enunciado’ é de fulcral importância para a semântica e para a pragmática. O que, no essencial, pretendemos dizer é que uma frase constitui uma entidade teórica abstrata definida no quadro de uma teoria da gramática, enquanto um enunciado é a enunciação de uma frase, de uma estrutura análoga a uma frase ou de

<sup>30</sup> Nas palavras da lavra de Marouzeau (1961, p. 86): “[...] terme le plus général employé pour designer toute communication faite par le sujet parlant [...]”.

<sup>31</sup> Eis o original: “[...] répertoire des possibilités, fonds commun mis à la disposition des usagers, qui l'utilisent selon leurs besoins d'expression en pratiquant le choix, c'est-à-dire le style, dans la mesure où leur permettent les lois du langage [...]” (MAROUZEAU, 1965, p. 10).

<sup>32</sup> O tratamento dessa entrada corresponde, na íntegra, ao que é dispensado à mesma entrada na segunda edição do Dicionário (MORAES SILVA, 1922[1813]).

<sup>33</sup> “Declarar com palavras, v.g. os conceitos [...]”, é, precisamente, o teor da definição constante da edição de 1813, ainda da responsabilidade do próprio Moraes Silva. F. Adolpho Coelho acrescenta, portanto, um tratamento mais desenvolvido da entrada em causa.

um fragmento de uma frase num contexto específico. Do ponto de vista empírico, a relação entre um enunciado e a sua frase correspondente pode ser bastante obscura (e.g., o enunciado pode ser elítico ou conter fragmentos de frase ou ‘falsos começos’), embora seja costume (depois de Bal-Hillel) conceber um enunciado como sendo correspondente a uma frase e a um contexto, designadamente, o contexto em que a frase seja enunciada<sup>34</sup>.

Assim, para além da utilidade do uso de ‘enunciado’ como termo representativo de um conceito pré-teorético indicador de “[...] qualquer trecho linguístico, emitido por uma pessoa, antes e depois do qual tal pessoa faça silêncio”<sup>35</sup> (HARRIS, 1951, p. 14), o que, nos termos de José G. Herculano de Carvalho (1924-2001), se designaria por ‘texto’ ou ‘discurso’<sup>36</sup>, há necessidade de um uso de ‘enunciado’ como termo representativo de um conceito teorético significando ‘frase-em-contexto’, contrastável com outro conceito teorético, o representável por ‘frase’. É que, conforme Levinson (1983, p. 21) aduz,

compreender um enunciado envolve muito mais do que conhecer o significado das palavras enunciadas e as relações gramaticais entre elas estabelecidas. Acima de tudo, [...] envolve a produção de inferências que conectarão o que é dito com o que é mutuamente assumido ou o que tenha sido dito anteriormente<sup>37</sup>.

O tal “[...] sentido completo [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 119) só poderá ser entendido como resultado da enunciação de um monema, ou palavra polimonemática, ou grupo de palavras, ou frase, ou período (gramatical), num determinado contexto situacional, em que, em princípio, se observe o Princípio de Cooperação definido por Herbert-Paul Grice, com a ativação ou derrogação das máximas conversacionais.

<sup>34</sup> Eis as palavras de Levinson que traduzimos (1983, p. 18-19): “The distinction between ‘sentence’ and ‘utterance’ is of fundamental importance to both semantics and pragmatics. Essentially, we want to say that a sentence is an abstract theoretical entity defined within a theory of grammar while an utterance is the issuance of a sentence, a sentence-analogue, or sentence fragment, in an actual context. Empirically, the relation between an utterance and a correspondent sentence may be quite obscure (e.g. the utterance may be elliptical, or contain sentence-fragments or ‘false-starts’) but it is customary (after Bal-Hillel) to think an utterance as the pairing of a sentence and a context, namely the context in which the sentence is uttered”.

<sup>35</sup> Traduzimos o troço seguinte de Harris (1951, p. 14): “[...] any stretch of talk, by one person, before and after which there is silence on the part of the person”. A partir das reflexões de Lyons (1977), Levinson (1983, p. 19, n. 16) observou que Harris teria usado *utterance* “as a pre-theoretical term”.

<sup>36</sup> A propósito da noção de ‘ato de fala’, Herculano de Carvalho (1973a, p. 221-223) evoca, em nota de rodapé, a definição de *utterance unit* fornecida por Charles Fries (1952, p. 23), a fim de – estabelecendo a equivalência entre essa definição e aquilo que entendia por ‘texto/discurso’ – destacar, claramente, a diferença existente entre a decorrente aceção comum de *utterance unit* e de ‘texto/discurso’ e a noção de ‘ato verbal’.

<sup>37</sup> Segue o texto original: “[...] understanding an utterance involves a great deal more than knowing the meanings of words uttered and the grammatical relations between them. Above all, [...] involves the making of ‘inferences’ that will connect what is said to what is mutually assumed or what has been said before” (LEVINSON, 1983, p. 21).

Cunha e Cintra revelam, apesar de tudo, a consciência da existência de uma diferença qualitativa entre o que designam por ‘frase’, enquanto conceito equivalente ao conceito pré-teorético de ‘enunciado’ definido por Zellig S. Harris (1909-1992), repetido, um ano mais tarde, por Charles C. Fries (1887-1967) e recuperado por Herculano de Carvalho para a designação do que define como ‘texto’ ou ‘discurso’, e o que apontam como ‘oração’, enquanto organização gramatical de uma frase.

Em conformidade com o exposto pelos autores, se a frase integrar uma forma verbal/locução verbal ou se essa forma verbal/locução verbal estiver oculta – facto que, de acordo com o exemplo por aqueles apontado, se deduzirá a partir da sinalização, prestada, na escrita, pela presença de uma vírgula –, dir-se-á que a frase contém uma oração. Se, por outro lado, a frase integrar “[...] mais de um verbo (seja na forma simples, seja na locução verbal), claro ou oculto [...]” (CUNHA; CINTRA, 1986, p. 121), dir-se-á que a frase contém mais do que uma oração.

Deduz-se, dessa forma, que a denominada ‘frase nominal’ não integrará qualquer oração, o que evidencia o resultado da utilização indestrinçada de dois conceitos distintos: o de ‘frase’ e o de ‘enunciado’.

### Considerações finais

Do exposto, parece-nos que a obra sob escopo apresenta dois padrões frásicos que a distanciam da tradição metalinguística portuguesa, que apenas privilegiou um deles, a saber, o da frase verbal, teoricamente consolidado, em Portugal, por Epiphanyo Dias, por via da pioneira adoção da metodologia histórica e comparativa na análise da sintaxe portuguesa.

Cunha e Cintra prolongam, porém, o *modus faciendi* e aspetos do heterogéneo quadro conceptual da gramaticografia tradicional, apresentando um estudo descritivo-normativo indestrinçado dos planos sintático, semântico e pragmático da língua portuguesa, cujo funcionamento observam, maioritariamente, em produtos literária e, portanto, artificialmente estilizados. Tal vulnerabilidade decorre, precisamente, do facto de os autores postergarem a resolução de problemas linguísticos teóricos que perviveram ao longo do século XX.

As dificuldades daí advenientes refletem, afinal, a convivência de correntes linguísticas que, em função das perspetivas adotadas, apresentam estágios diferenciados de depuração de princípios científicos e, conseqüentemente, aparelhos teóricos

diferenciados cuja complementação adequada contribuirá, porém, para uma arquidescrição plural dos planos que explicam o funcionamento diassistemático do português.

### Referências

ASSUNÇÃO, C. **A arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato**. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

AZUAGA, L. Morfologia. In: FARIA, I. H.; PEDRO, E. R.; DUARTE, I.; GOUVEIA, C. A. M. (Org.). **Introdução à linguística geral e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1996. p. 215-244.

BEAUGRANDE, R. **Text, discourse, and process**. London: Longman, 1980.

BEAUZÉE, N.; DOUCHET, J. P. Grammaire. In: **Encyclopédie méthodique**. Grammaire et littérature, dédiée et présentée a Monsieur Le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Directeur Général de la Librairie, tome II, partie I. Paris; Liège: Chez Panckoucke; Chez Plomteux, 1784. p. 189, col. 2-197, col. 1.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

BOUQUET, S. **Introduction à la lecture de Saussure**. Paris: Payot e Rivages, 1997.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de lingüística e gramática referente à Língua Portuguesa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARVALHO, J. G. H. **Teoria da linguagem**, tomo I. Coimbra: Atlântida, 1973a.

CARVALHO, J. G. H. Palavra. In: **Verbo** – enciclopédia luso-brasileira de cultura. Lisboa: Verbo, 1973b. col. 1107-1109.

CRYSTAL, D. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 4. ed. Oxford; Malden: Blackwell, 1997.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1986.

DELESALLE, S. **Histoire d'une these**. Prefácio a De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes: question de grammaire générale, de Henri Weil. Paris: Diffusion Didier Érudition, 1991.

DIAS, A. E. S. **Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus**. Porto: Typ. do Jornal do Porto, 1870.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C. H. R.; MARCELLESI, J.-B.; MEVEL, J.-P. **Dictionnaire de Linguistique**. Paris: Larousse, 1973.

DUCROT, O. Enunciação. In: **Enciclopédia Einaudi**, Linguagem-Enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. Vol. 2, p. 368-393.

FONSECA, J. O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas. **Máthesis**, n. 3, p. 35-42, 1994.

FRIES, C. H. C. **The structure of English**: an introduction to the construction of English sentences. New York: Harcourt, Brace and Company, 1952.

GRICE, H.-P. Querer dizer. In: LIMA, J. P. (Org.). **Linguagem e acção** – da filosofia analítica à linguística pragmática. Lisboa: apáginastantas, 1983. p. 87-105.

GRONDEUX, A. La Grammatica positive dans le Bas Moyen Âge. In: AUROUX, S.; KOERNER, E. F. K.; NIEDEREHE, H.-J.; VERSTEEGH, K. (Ed.). **History of the language sciences**: an international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2000. v. 1, p. 598-610.

HARRIS, Z. S. **Methods in structural linguistics**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1951.

HENRIQUES, C. C. O cânone lingüístico-literário das gramáticas de Celso Cunha. **Filologia Lingüística Portuguesa**, n. 6, p. 115-159, 2004.

HERNÁNDEZ ALONSO, C. **Gramática funcional del español**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1986.

HJELMSLEV, L. Le verbe et la phrase nominale. In: ERNST, J.; FORDYCE, C. J.; HERESCU, N. I.; HUBAUX, J.; KENT, R. G.; LÖFSTEDT, E.; MOHRMANN, C.; RAND, E. K.; ROSTAGNI, A. (Org.). **Mélanges de philologie, de littérature et d'histoire anciennes offerts a J. Marouzeau par ses collègues et élèves étrangers**. Paris: Les Belles Lettres, 1948. p. 253-281.

HJELMSLEV, L. **Prolégomènes a une théorie du langage**, trad. fr. par U. Canger avec la collaboration d'A. Wewer, suivi de La structure fondamentale du langage, trad. fr. par A.-M. Leonard. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.

HJELMSLEV, L. **Essais linguistiques**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.

LAW, V. **Grammar and grammarians in the Early Middle Ages**. London; New York: Longman, 1997.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LYONS, J. **Semantics**. Melbourne; Cambridge; London; New York: C.U.P., 1977. Vol. 1

MAROUZEAU, J. **Lexique de la terminologie linguistique**. 3. éd. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1961.

MAROUZEAU, J. **Précis de stylistique française**. 5. éd. Paris: Masson et Cie, 1965.

MARTINET, A. **Função e dinâmica das línguas**. Trad. port. de J. M. Barbosa e M. J. V. Santos. Coimbra: Almedina, 1995.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MORAES SILVA, A. **Diccionario da lingua portugueza**. Fac-simile da segunda edição (1813), emendada e muito acrescentada por Antonio de Moraes

Silva, tomo I. Rio de Janeiro: Officinas da S. A. Lithotypographia Fluminense, 1922.

MORAES SILVA, A. de. **Dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no Portuguez da India. Lisboa: Typ. de J. G. de Souza Neves – Editor, 1877. Tomo I.

OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática, org. por A. Torres e C. Assunção. Lisboa: A.C.L., 2000.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A comprehensive grammar of the English language**. London; New York: Longman, 1992.

ROBOREDO, A. **Methodo grammatical para todas as lingvas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

SANTOS, M. H. P. **As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/F.C.T., 2010. Partes I e II.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Publicado por Ch. Bally e A. Secheyay, com a colab. de A.

Riedlinger, trad. port. por J. V. Adragão. Lisboa: D. Quixote, 1978.

SILVA, R. V. M. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

VIEIRA, D. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portuguesa**. Publicação feita sobre manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Porto: Editores E. Chardron e B. H. de Moraes, 1873. Vol. III.

VILELA, M.; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

*Received on March 17, 2014.*

*Accepted on October 2, 2014.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.